

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 31 - ANO 4 - JUL/AGO DE 1997



**BIOPIRATARIA
ATINGE
BESOUROS
BRASILEIROS**



**MADEIRA:
PREDOMINA
EXPLORAÇÃO
PREDATÓRIA**

**HIDROVIAS
PROVOCARÃO
IMPACTO NO
CENTRO-OESTE**

**JÚLIO GAIGER
DIZ PORQUE
DEIXOU A
FUNAI**

Governo Federal mostra exploração ilegal da madeira, mas declara que controla o comércio

O anúncio feito pelo Governo Federal de início do processo de concessões de exploração das Florestas Nacionais (Flonas) marca mais um capítulo da falta de coerência política na área florestal, depois dos equívocos sobre o mogno, da sobreposição de projetos e poderes e de informações desencontradas.

Ao mesmo tempo em que um relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) informa que pelo menos 80% da madeira que sai da Floresta Amazônica é ilegal e o governo realiza uma triagem de todos os planos de manejo da região, considerando so-

mente 29,8% deles aptos (suspensão ou cancelando os demais), o presidente do Ibama, Eduardo Martins, insiste, dentro e fora do País, que a exploração está sob controle.

A tese foi sustentada durante a realização da reunião da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora em Perigo de Extinção (Cites), da ONU, em Harare, no Zimbábue, no início de junho. Na ocasião, o Brasil isolou-se da maioria dos países latino-americanos e aliou-se à Malásia, cujas empresas estão sendo apontadas pelo próprio governo como um perigo


para a Floresta Amazônica. A delegação brasileira posicionou-se formalmente contra a inclusão do mogno no Apêndice II da Cites, embora, logo após a votação, tenha se absterido.

É bom lembrar que a inclusão no apêndice II não impediria a extração do mogno. Recomendaria apenas o controle para que padrões insustentáveis de extração não afetassem, no futuro, as populações da espécie.

CONTRABANDO E DESPERDÍCIO

O relatório da SAE, órgão vinculado à presidência da Repúbli-

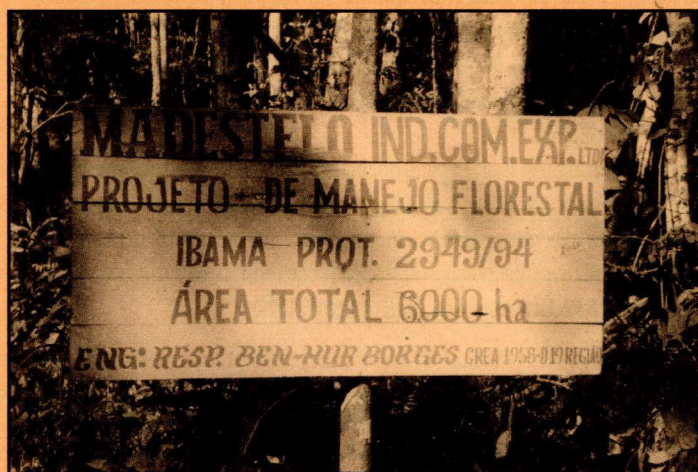
ca, informa que cerca de 20 mil extratos vegetais são contrabandeados a cada ano e que 22 empresas, com capital estrangeiro, estão instaladas na região amazônica.

O levantamento conclui que as empresas que atuam na exploração florestal possuem terras que garantem a produção anual de apenas três mil metros cúbicos de madeira, enquanto processam 30 milhões de metros cúbicos. Isso quer dizer que a origem do produto é de terceiros ou de atividade irregular. O índice de desperdício está estimado entre 60 e 70%. 

FALTA DE CONTROLE É OBSTÁCULO À CONCESSÃO DE FLONAS

Um dos exemplos da falta de controle do governo sobre a exploração madeireira na Amazônia é o que está acontecendo na região da comunidade Panará, no Mato Grosso. Em 1994, o Ibama aprovou um Plano de Manejo de 6 mil hectares da empresa Madestelo sobre uma área do Exército, na Serra do Cachimbo, o que é ilegal por ser propriedade da União. Em 1996, esse trecho de área militar foi declarado terra indígena Panará (Portaria 667, de 1º/11/96). Mas o Ibama revalidou, em sua triagem, o plano de manejo da empresa, criando uma situação de grande conflito na região. Embora os trabalhos tenham sido interrompidos pelo próprio Ibama após denúncias, o clima de tensão continua e a empresa promete recorrer.

A falta de controle nos projetos realizados em áreas particulares é um dos grandes obstáculos ao sucesso da concessão (e não "privatização", como tem sido divulgado) das Flonas. Este foi o principal tema discutido durante a reunião do Grupo de Trabalho de Florestas do Fórum Nacional de ONGs, no dia 21 de junho, no Instituto Socioambiental, em São Paulo.



Projeto incide sobre terra indígena.

Um dos problemas das concessões de exploração das Flonas como estão sendo anunciadas, segundo Tasso Azevedo, do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), é que a concessão não é sobre o manejo, mas somente sobre a exploração da floresta. O manejo é de responsabilidade do governo. "Este esquema só funciona em países com serviço florestal forte, como os Estados Unidos, o que não é o caso do Brasil", acredita. Para Azevedo, dessa forma, a concessão isenta o empreendedor de qualquer responsabilidade. Se a exploração for destrutiva, a culpa será do governo. Outra crítica é quanto ao tempo de concessão. Cinco anos, segundo Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, é muito pouco. Seria preciso, no mínimo, trinta anos de manejo para completar o ciclo. Segundo Roberto Kishinami, do Greenpeace, "não faz sentido abrir as Flonas para madeireiras, enquanto a exploração predatória continua solta. Assim, só se estará adicionando áreas para exploração".(MC)



PRIMEIRA ÁREA TEM PROBLEMAS

A primeira Floresta Nacional (Flona) que será licitada para extração de madeira é a Floresta dos Tapajós, de 600 mil hectares, no sul de Santarém, no Pará. Segundo o Governo Federal, mais quatro serão licitadas até o próximo ano, das 24 identificadas no papel. Somadas, representam 12,5 milhões de hectares para produção madeireira.

Na prática, a primeira experiência já começa com uma série de divisões. O contrato para a implantação da Flona Tapajós foi assinado em março último, em Paris, dentro do Programa Piloto, e prevê um processo de licitação com envolvimento de todos os interessados, inclusive as comunidades locais.

Dentro da Flona que está em licitação existe um outro projeto experimental, de 5 mil hectares, que estava parado há mais de cinco anos. Recentemente, o Ibama resolveu levar o projeto adiante, apesar dos graves conflitos com as comunidades, já que há sobreposição entre o projeto e roçados das populações. Segundo Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, que esteve na região, a solução oferecida aos moradores foi receberem 10% (sic) dos lucros dos madeireiros, o que não foi aceito.

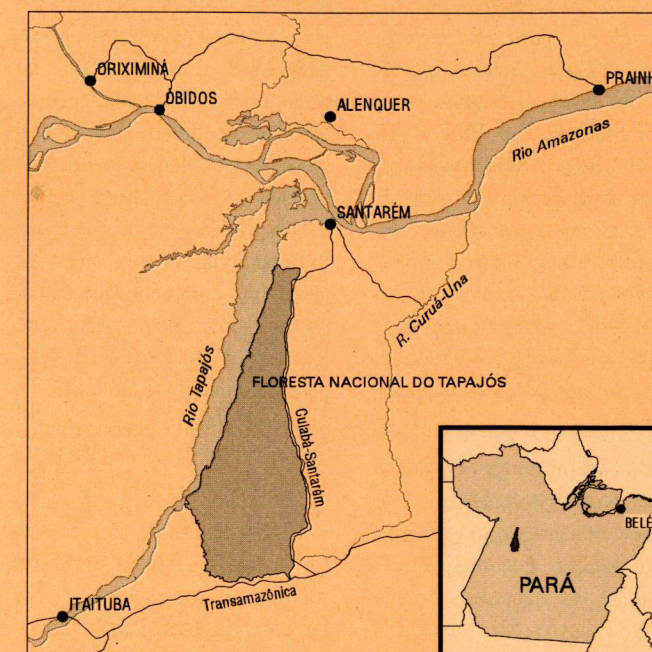
Além disso, Smeraldi relatou que as comunidades temem que a licitação esteja comprometida, pois uma madeireira da região já fez parcerias com o Ibama para retirar madeira da área. Na comunidade Tauari, inclusive, existe um porto madeireiro dentro da Flona, de onde saem balsas de madeira pelo rio Tapajós. A estrada até o porto foi construída em troca de antenas parabólicas para as comunidades.

A falta de confiança em relação ao Governo é tamanha que as 18 comunidades, que ocupam cerca de 80 mil hectares da Flona Tapajós, realizaram um plebiscito e decidiram, por unanimidade, que não querem

ficar dentro da Flona. Elas reivindicam a regularização fundiária através de outras categorias, como a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), por exemplo.

Como a publicação da licitação foi adiada pelo Governo, é possível que alguns dos aspectos que estão sendo criticados já estejam sendo revisados. (MC)

FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS



DIREITOS VIOLADOS

LUIS FERNANDO LEMOS DOS SANTOS

Falta regulamentação constitucional para garantir cumprimento de leis

Poucas coisas são mais sistemáticas e constantes do que as violações e ameaças aos chamados Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Desca). Um exemplo: quando se busca o serviço de saúde pública, todo mundo sabe o caos que é. A falta de médicos, de leitos e de remédios, para distribuição à camada da população mais pobre, estão nos noticiários dos jornais e televisões quase todo dia, demonstrando o desrespeito a esse direito social do cidadão.

Quando analisamos a educação oferecida pela rede pública constatamos a mesma coisa. Na época de matrícula há falta de vagas e de professores. A Constituição Brasilei-

ra, de outubro de 1988, há mais de oito anos, determina que a saúde e a educação são direitos de todos, sendo a primeira dever do Estado e a segunda, do Estado e da família. O texto constitucional também garante a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Impõe ao Poder Público a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações por ser ele um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.


PRINCÍPIOS

Infelizmente, a Constituição Federal até hoje não foi totalmente regulamentada. Alguns dispositivos constitucionais, importantíssimos para

fundamentar as demandas judiciais pela exigibilidade dos Desca, ainda não foram regulamentados.

A entidade Apoio Jurídico Popular (Ajup) coordenou no último mês de abril a Conferência Nacional Darcy Ribeiro de Exigibilidade dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Desca) que discutiu com advogados, juizes e ONGs, como pode a sociedade exigir o cumprimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, quando existem entendimentos de que essas normas são "normas programáticas ou princípios" ou quando não foram devidamente regulamentadas.

Evidentemente, no nosso Direito existem mecanismos processuais que podem ser utilizados para ajuizamento de ações judiciais que visem a exigibilidade dos Desca. Existem, também, os tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que podem e devem servir como fundamentação legal da ação judicial. Isso está previsto na nossa Constituição Federal.

Após calorosos debates, ficou decidido que os participantes, entre outras ações, efetuariam novas demandas judiciais visando buscar dos Tribunais interpretações que assegurem o direito de exigir o cumprimento dos Desca. 

Luis Fernando Lemos dos Santos é advogado no Mato Grosso.

• **Reivindicações** - O *linhão* que trará energia elétrica da Venezuela para Boa Vista (e, um dia, *quicá, até Manaus*), que consta do Plano de Metas do FHC, será construída pela Eletronorte (do lado do Brasil) e entregue para uma empresa estadual operar. Os índios que vivem na região, sobretudo os da Terra Indígena São Marcos, que será cortada pelo *linhão*, já autorizaram os levantamentos topográficos necessários - mas não a obra - e organizam uma pauta de reivindicações. Do lado venezuelano, porém, a coisa pega fogo. Lá, os índios Pemón, apoiados por ambientalistas, prometem radicalizar contra a obra.

• **Crimes Ambientais** - Problemas à vista para a aprovação da Lei de Crimes Ambientais, cujo substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB/AL) foi aprovado no Senado durante a convocação extraordinária do Congresso, em julho. Preocupada com o rigor da lei, a bancada ruralista, ligada à CNA, além dos parlamentares ligados à CNI, prometem obstruir a tramitação do projeto, que retornou à Câmara após receber modificações no Senado. "Nossa preocupação agora é manter o regime de urgência para o projeto, a fim de que ele não seja retirado da Ordem do Dia", comenta o deputado Gilney Viana (PT/MT), já prevenido turbulências para agosto, quando o Congresso volta ao trabalho. Ambientalistas, atenção!

• **Agricultura** - O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a liberação, no próximo ano, de mais de 6 milhões de hectares para a agricultura, depois da conclusão das obras de asfaltamento da estrada que liga Boa Vista a Manaus. Segundo FHC, em seu programa semanal de rádio - *Palavra do Presidente* - a intenção é criar "uma nova e gigantesca fronteira agrícola no país". Fernando Henrique afirmou que o BNDES já desenvolve um programa para promover uma "ocupação racional e organizada" dessas terras, em plena Floresta Amazônica.

• **Sucessão** - Continuam a todo vapor as costuras para a sucessão de Júlio Gaiger à frente da Funai, após a demissão deste (veja entrevista nesse número). Há quem diga que o ministro da Justiça, Iris Rezende, já tinha tudo pronto para colocar alguém ligado diretamente a ele no cargo, mas o recente imbróglio da entrevista do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, à revista *Veja*, dizendo que sua nomeação e a de Eliseu Padilha para a pasta dos Transportes não valerão muitos votos para o governo, enfraqueceu um pouco o prestígio do partido de Rezende e Padilha - o PMDB - que poderá perder ainda o ministro da Articulação Política - Luiz Carlos dos Santos - para o PFL. Enquanto isso, a Funai continua em banho-maria.

• **Biodiversidade** - A primeira lei da biodiversidade brasileira foi aprovada no estado do Acre no início de julho e pode provocar a expulsão de missões estrangeiras que realizam pesquisa no Estado. A lei, de autoria do deputado estadual Edvaldo Magalhães (PC do B), objetiva combater a biopirataria e obriga cientistas e entidades estrangeiras a associar-se a um grupo brasileiro para realizar as pesquisas, deixando parte do material coletado no Estado. As missões em atividades estão sendo convocadas a se adequar à nova legislação.

• **Agenda 21** - O presidente FHC, em seu discurso na abertura da sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, declarou que o Brasil está elaborando, "além da Agenda 21 Nacional, agendas regionais e locais, refletindo o desafio da continentalidade de nosso território". O que ele não contou é que a elaboração da Agenda 21 foi contemplada com a ridícula verba de R\$ 3 milhões e 710 mil, ou seja, apenas 1% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Por outro lado, as atividades de irrigação e construção de açudes ficaram com 43%. Estes números falam por si.

CREDIBILIDADE EM JOGO

ANDRÉA ZHOURI

ONGs pressionam o FSC

Desde sua criação, com o apoio da WWF em 1993 em Toronto, o esquema internacional de certificação florestal, FSC - Forest Stewardship Council, embora monopolizando a agenda das ONGs atuantes na área florestal, não tem tido vida fácil entre elas.

No que diz respeito às ONGs, o engajamento no FSC representa, na visão de alguns, uma forma de atuação política mais "construtiva" no sentido da participação na elaboração de alternativas sustentáveis à forma predatória de exploração florestal, em contraposição à prática política de mera denúncia dos problemas. Na concepção de outros, o envolvimento das ONGs no FSC significa, no mínimo, uma atitude reformista, não transformadora das práticas sociais e, em última instância, uma forma de cooptação pela armadilha neo-liberal.

Em termos bastante genéricos, pode-se afirmar que a primeira posição, mais favorável ao FSC, vem sendo dominante ao meio ambiente inglês, enquanto a segunda, mais crítica, encontra mais expressão nas ONGs alemãs. Um dos receios dessas últimas é de que o FSC, um instrumento voluntário de mercado, seja tomado como "a solução" para todos os problemas florestais, estimulando a falta de políticas florestais pela omissão de políticos e governantes nas esferas tanto nacionais como internacionais.

Um dos principais desafios políticos do FSC tem sido justamente a implementação na prática do balanço entre os interesses econômicos, sociais e ambientais. O domínio do setor empresarial no processo tem sido objeto de inúmeras críticas, principalmente no que tange ao apelo social do programa. Nesse sentido, o *workshop* internacional envolvendo o setor social organizado no Rio de Janeiro, em abril deste ano, representou um reconhecimento dessa vulnerabilidade de uma genuína tentativa de encontrar soluções para o problema. Contudo, questões como o alto custo do processo de certificação, por exemplo, levantam dúvidas quanto à possível participação e benefícios para comunidades locais e pequenos produtores no processo.

CASOS PONTUAIS

Esses dilemas políticos mais gerais encontram expressão em casos pontuais. Um caso que tem dominado as discussões entre ONGs e representantes do FSC, é o de uma concessão florestal pertencente à empresa francesa Leroy, no Gabão, certificada pela empresa inglesa SGS, uma das cinco credenciadas pelo FSC. Diferenças à parte, diversas ONGs internacionais, como Greenpeace, Amigos da Terra e Rainforest Action Network, vêm denunciando uma série de irregularidades a essa área certificada pela SGS com o questionamento, inclusive, do procedimento adotado pela direção do FSC na condução do processo. Sensível a essas denúncias, o FSC conduziu uma avaliação do caso e reconheceu de fato a violação dos princípios 5 e 7 na certificação implementada pela SGS (o princípio 7 do FSC estabelece diretrizes para o plano de manejo florestal, enquanto o princípio 5 está relacionado aos benefícios ambientais e sociais).

Assim, a solução para este problema vem sendo calorosamente debatida entre ONGs e FSC, pois as ONGs acreditam que a violação de qualquer princípio do FSC compromete a credibilidade da certificação. Desta forma, as organizações ambientalistas acreditam que a única solução possível neste caso seja o cancelamento da referida concessão. A resolução final do FSC em relação ao caso Leroy-Gabão-SGS será crucial para definição de seus rumos. ☐

Andréa Zhouri, Essex University.

FSC X ISO OU FSC E ISO?

TASSO R. DE AZEVEDO

Os sistemas de certificação ambiental têm diferenças importantes

A certificação é ponto de pauta de todos os debates no setor florestal, mais do que em qualquer outro setor. Um dos pontos centrais do debate é a contraposição ou integração dos sistemas de certificação ISO e FSC. Mas o que diferencia estes dois sistemas de certificação?

A *International Organization for Standardization*, ou ISO, é uma organização com considerável credibilidade entre os meios governamentais e empresariais. Sua credibilidade vem de uma longa história de definição de procedimentos para determinação e adoção de padrões ou normas. A organização tomou grande visibilidade ao desenvolver as normas relacionadas a Sistemas de Controle da Qualidade, a série ISO 9000. Em 1993, a ISO se aprofundou neste setor iniciando um trabalho de definição das Normas para Gerenciamento Ambiental, seguindo as direções ditadas pela ECO 92.

O FSC - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) é uma associação de membros, instituições e indivíduos, divididos em três câmaras de poder de voto equivalentes - social, ambiental e econômica. Esta organização credencia entidades certificadoras para avaliar a performance social-ambiental de operações florestais de acordo com um conjunto de Princípios e Critérios definidos através de um amplo processo de consulta conduzido entre os anos de 1991 e 1993.

A primeira diferença entre o FSC e a ISO está na sua origem. O FSC foi originado a partir da organização da sociedade civil para desenvolver uma alternativa ao boicote de

madeiras tropicais como forma de se evitar o desmatamento e destruições das florestas. A lógica que move o FSC é a de que os consumidores podem interferir no manejo florestal através da compra de produtos que venham de uma área manejada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável. Portanto, ainda que específico do setor florestal, o FSC traz uma lógica orientada ao consumidor. A ISO surge num outro universo, como uma resposta dos setores empresarial e governamental às pressões por melhorias ambientais nos processos produtivos e diminuição dos riscos ambientais que começam a ser objeto, por exemplo, de apólices de seguro específicas.

QUALIDADE

A ISO é movida por uma visão estritamente técnica da questão ambiental e esse é um equívoco preocupante mas compreensível. A ISO cons-

truiu sua credibilidade a partir do desenvolvimento de normas de qualidade, movida especialmente pelo interesse das empresas em diminuir o índice de desperdícios e rejeição de produtos, permitindo diminuir o prazo de estoques. Estas normas pouco ou nada significam para o consumidor em geral, são fundamentais, porém, para a relação entre parceiros comerciais, pois garantem as características de determinado produto. O produto pode até ser ruim, mas será sempre ruim por igual.

Por causa dessas diferentes origens, a forma como são definidas as regras ou tomadas decisões neste dois órgãos são diferentes. Na ISO, cada país tem direito a um voto e os representantes dos países são invariavelmente membros de organizações governamentais ou empresas. Em 1996, numa das reuniões do comitê TC207 (que desenvolve as normas da série ISO 14000) havia quatro representantes de

DIFERENÇAS

Socioambiental x Social - A ISO trata apenas da questão ambiental, enquanto que o FSC incorpora a dimensão social com igual peso da avaliação ambiental. Dos dez princípios gerais, quatro são diretamente relacionados a questão social.

Florestal x Todos os Setores - O FSC lida com a questão florestal apenas, só avalia o manejo das operações florestais. Portanto um empreendimento pode ser certificado tendo problemas sociais e ambientais dentro da planta processadora, ou em outras etapas do beneficiamento da madeira. Já a ISO pode ser aplicada em todas as etapas da produção, embora possa ser aplicada em só uma parte do processo produtivo, como a produção de uma linha específica de produto, ou em uma sessão específica do empreendimento.

Consulta e Participação - O processo de certificação FSC exige um amplo processo de consulta com a comunidade local e a sociedade civil organizada para se avaliar o grau de impacto do empreendimento avaliado. Os resultados obtidos pela empresa devem ser públicos e um Resumo Público sobre a certificação e os resultados do empreendimento tem que ser disponibilizado pelo certificador. No caso da ISO, a certificação é completamente confidencial, o único documento público é a política ambiental do empreendimento (determinado por ele mesmo).

ONGs entre os quase 500 delegados no evento. No caso do FSC, todos os membros, indivíduos ou instituições têm direito a voto, que são balanceados na proporção de um terço para cada câmara (social, ambiental e econômica) e dentro de cada câmara existe um balanço Norte-Sul (países desenvolvidos - em desenvolvimento) sendo metade dos votos para cada setor.

COMPLEMENTARES

Embora pareçam bem antagônicos, os dois processos de certificação podem ser complementares. Um empreendimento que adota um Sistema de Gestão Ambiental tende a alcançar um grau de organização de procedimentos muito superior a outros que não o fazem. Isso facilita a avaliação para fins de certificação FSC. O empreendimento pode inclusive incorporar na sua política ambiental a adoção dos Princípios e Critérios do FSC e ser certificado pelos dois sistemas. Esta é uma alternativa bastante interessante porque permite, ainda que com limitações, incorporar o processamento dos produtos florestais na certificação.

Uma outra limitação importante da ISO é o fato de ser extremamente complicada, de tal forma que quase inviabiliza sua aplicação em operações florestais descapitalizadas ou em operações florestais comunitárias e familiares. Por outro lado, estas operações podem ainda assim ter uma excelente performance ambiental, mesmo sem um sistema formal de gerenciamento ambiental, e se beneficiar de uma certificação FSC. ☐

Tasso R. de Azevedo,
Diretor Executivo do Imafloresta.

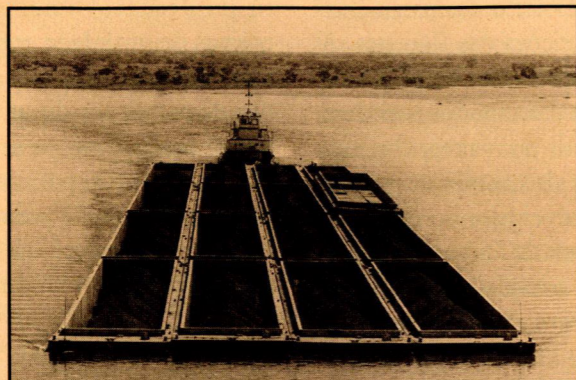
Viabilidade econômica duvidosa justifica construção de hidrovias de alto impacto ambiental

Fazer obras nos rios da Região Centro-Oeste para torná-los hidrovias industriais virou um discurso fácil de plantadores de soja e políticos regionais. O problema é que todos os projetos contam com o transporte da mesma soja, quase toda ela destinada ao mesmo mercado consumidor (União Européia): a produção do Estado do Mato Grosso está sempre engrossando os números dos estudos de viabilidade econômica que procuram justificar três hidrovias diferentes. E não dá para alegar que é bom que exista concorrência entre os transportadores. Na quase totalidade dos projetos serão necessárias alterações estruturais nos leitos dos rios, provocando danos ambientais irreversíveis, com graves repercussões sociais e culturais.

OBRAS PELAS OBRAS

O mercado brasileiro de obras governamentais registra atualmente propostas de construção de três novas hidrovias na região Centro-Oeste, além de uma que já está operando desde o início de 1997. Essa última é a do rio Madeira-Amazonas, operada por empresas particulares (Maggi-Hermasa). Os projetos são para as hidrovias industriais dos rios Paraguai-Paraná, Araguaia-Tocantins e Tapajós-Teles Pires.

A Hidrovia Madeira-Amazonas, do grupo Maggi, resultou de relativamente pequeno investimento em balisamento e terminais portuários. Grande parte dos recursos necessários originou-se dos incentivos fiscais vigentes na Amazônia Legal. Não foi preciso realizar obras no leito do



Hidrovias são apontadas como "salvação" do Centro-Oeste.

rio, já que o Madeira não apresenta obstáculos à navegação no volume de transporte proposto para a primeira fase de implantação do projeto.

No caso da Hidrovia Paraguai-Paraná, vive-se uma situação no mínimo curiosa: os dois rios são perfeitamente navegáveis em toda sua extensão (o Paraná, após a confluência do rio Paraguai) e têm uma capacidade ociosa de transporte que supera em muitas vezes quaisquer projeções realistas da demanda existente na região. De acordo com o projeto oficial, a principal carga dessa

hidrovia seria a soja produzida no Mato Grosso, originária da região que agora já é atendida pela hidrovia do Madeira.

Alegando-se, no entanto, que é preciso "dar garantia de funcionamento" e assegurar o transporte por um calado mínimo de 3,2 metros - entre Corumbá (MS) e Assunção (Paraguai) - 365 dias por ano, 24 horas por dia, são propostas obras no leito do rio. Esse nível de garantia de funcionamento não se encontra nem nos mais sofisticados aeroportos do planeta. Estudos científicos demonstram que essas intervenções irão afetar gravemente o Pantanal brasileiro e as populações indígenas da região (Brasil, Bolívia e Paraguai, especialmente), mas assim mesmo o projeto continua em sua marcha, tocado pelos governos da região, da União Eu-

ARAGUAIA-TOCANTINS: OBRAS PARADAS

Paralisadas desde junho, quando a Justiça Federal no Mato Grosso concedeu liminar à ação judicial movida pelas comunidades Xavante de Areões e de Pimentel Barbosa, as obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins haviam sido iniciadas ilegalmente, já que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi recusado tanto pelo Ibama, quanto pela Fundação Estadual de Meio Ambiente de Goiás (Fumago). A Administradora da Hidrovia Araguaia-Tocantins (Ahitar) está providenciando um novo EIA e recorreu da liminar, mas a Justiça manteve a paralisação das obras, embora tenha restabelecido a navegação no rio.

Washington Novaes, diretor-geral do Instituto Dom Fernando (ligado à Universidade Católica de Goiás), disse que oficialmente as obras estão paradas em virtude da ação judicial, na qual as comunidades Xavantes foram representadas juridicamente pelo Instituto Socioambiental, mas a Ahitar já teria repassado a realização dos comboios-protótipos a uma outra empresa. Esses comboios são uma forma de testar a viabilidade do projeto. Segundo Washington, mesmo sem a licença dos órgãos ambientais já foi construído o porto de Água Boa, no Mato Grosso, e foi iniciado o balisamento (sinalização) no rio das Mortes.

O percurso projetado para a hidrovia atravessa uma grande extensão da margem esquerda do rio das Mortes, justamente onde estão situadas as reservas indígenas de Areões e Pimentel Barbosa, onde vivem as comunidades Xavante autoras da ação judicial. Para surpresa geral, a Procuradoria do Estado do Mato Grosso pediu ao Juiz Federal da 2ª Vara que admita o Estado como assistente da comunidade na ação e que seja julgada favoravelmente aos índios. (MC)

PARAGUAI-PARANÁ: CONSTRUÇÃO POR PARTES

Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiaram os estudos de engenharia e impacto ambiental da hidrovia Paraguai-Paraná, que foram entregues pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH), entre dezembro de 96 e abril de 97, para análise dos cinco países envolvidos no projeto (Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Segundo Alcides Faria, secretário da Coalisão Rios Vivos, que analisa megaprojetos na Bacia do Prata, ainda não há posição do Brasil sobre os documentos.

Mesmo assim, já houve tentativa de dragagem do Canal Tamengo - com 4 Km no Pantanal brasileiro e 5 Km na Bolívia. Após denúncias da Coalisão Rios Vivos ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em novembro do ano passado, a obra foi paralisada no lado brasileiro até que seja realizado o Estudo de Impacto Ambiental.

"Nossa preocupação é que o megaempreendimento seja executado por pequenas partes. Neste caso do Tamengo, por exemplo, alegam que vão ser dragados apenas 200 mil m³, dos 4 milhões de m³ do projeto original. Mas esses 200 mil m³ equivalem a 20 mil caminhões caçamba", explica Faria. Na sua opinião, ao incentivar a expansão da fronteira agrícola (produção de soja) para a região do cerrado e Floresta Amazônica, os projetos de hidrovias no Pantanal são, atualmente, o maior perigo para a biodiversidade no planeta. (MC)

ropéia, com apoio de organismos da ONU e BID. O investimento total, entre obras no leito dos rios, sinalização, portos e renovação da frota fluvial, irá superar US\$ 1 bilhão.

HIDROVIA COM OBSTÁCULOS

O projeto da Hidrovia do Araguaia-Tocantins enfrenta sérias dificuldades naturais e também uma provocada por intervenção humana anterior. O leito desses rios tem obstáculos à navegação não existentes, por exemplo, na hidrovia natural dos rios Paraguai e Paraná: corredeiras, travessões, saltos e cachoeiras, e uma grande barragem (Tucuruí) sem eclusa - que impedem a navegação em vários trechos do rio.

A solução proposta nesse caso é um corredor multi-modal utilizando transporte hidroviário, rodoviário e ferroviário. Seriam instalados terminais rodo-fluviais nas cidades de Barra do Garça (MT) e Aruanã (GO), no rio Araguaia, Nova Xavantina (MT), no rio das Mortes, e Miracema (TO), no rio Tocantins, de onde, então, sairiam as cargas coletadas na região Centro-Oeste com direção ao mercado europeu via porto de Ponta da Madeira, em São Luiz (MA), ou de Belém (PA), esse último só depois da construção da eclusa para a transposição da barragem de Tucuruí. Os custos estimados para as obras no leito dos rios, excluída a construção da eclusa, variam entre R\$ 200 milhões e R\$ 800 milhões.

LONGE DOS PÓLOS PRODUTORES

O "estudo" realizado pela Fadesp (Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa da UFPA) para a Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia (Ahitar - Ministério dos Transportes) informa que "de Barra do Garça (MT) e Aruanã (GO), no rio Araguaia, a Nova Xavantina (MT), no rio das Mortes, e Miracema (TO), no rio Tocantins, onde se implantariam terminais rodo-fluviais, os trechos considerados da Hidrovia Tocantins-Araguaia não servem diretamente a nenhum pólo importante de produção ou consumo de matérias-primas ou de produtos industrializados".

Não servindo para escoar grandes volumes de safra agrícola dos pólos de produção, nem para transportar matérias-primas para serem processadas, a pergunta que se faz é: para que serviria essa hidrovia? A única resposta concreta é que esse projeto certamente gera grandes obras e tudo mais que elas trazem consigo.

NA ESTEIRA DAS OUTRAS

Como a moda pegou, as "classes produtoras" da região norte do Estado do Mato Grosso estão dando apoio à proposta da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (Ahimor), que, sendo uma administração de hidrovias não podia, naturalmente, ficar sem um projeto, sem obras. Surge, então, no mercado, a proposta da Hidrovia Tapajós-Teles Pires, que também atenderia ao escoamento da soja de Mato Grosso.

Ainda não foram divulgadas as estimativas de custos dessas obras, mas certamente chegarão próximo aos da Araguaia-Tocantins, já que existem também dificuldades naturais a serem vencidas: 22 km de cachoeiras no rio Tapajós, entre São Luis e Buburé, no Pará e 50 km de "difíceis condições" para a navegação, com várias corredeiras até a Cachoeira de Mangabalzinho e Cachoeira do Chacorão, na divisa entre Pará e Amazonas, um "empecilho de difícil transposição", situada rio acima da cidade de Jacareacanga, na Reserva Florestal Mundurucânia. No rio Tapajós temos ainda a Cachoeira Capoeiras e no rio Teles Pires, já no Mato Grosso, temos a Cachoeira Aquibi, próxima à cidade de Colider.

Para superar esses obstáculos, a Ahimor propõe a construção de um canal paralelo ao rio Tapajós, com eclusas para superar o desnível existente. A hidrovia funcionaria entre a região de Cachoeira Rasteira e Santarém, tendo aproximadamente 1.000 km de extensão. ☐

Maurício Galinkin é diretor técnico da Fundação Cebrac (Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural).

ADIÓS, PEDRITO

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a cassação do mandato do deputado Pedrinho Abrão (PTB-GO) depois de uma votação que acabou em empate: 24 a 24. Prevaleceu o voto condenatório do relator. Agora, o plenário da Câmara vai decidir, dia 15 de agosto, se cassa ou não.

Márcio Moreira Alves — o melhor jornalista político do Brasil — contou uma bela história, no *Globo*. Como líder do PTB na Câmara, um dos partidos da base governista, Pedrinho lutou, em 1996, por uma sub-relatoria da Comissão de Orçamento com poder de incluir e cortar verbas. Queria a do Ministério dos Transportes, mas como já era propriedade do PMDB de Goiás e Minas, acabou ficando com a sub-relatoria de ambiente e recursos hídricos.

No Ceará, o governo costurara um acordo com a oposição para concluir o açude Castanhão, que regularizará a vazão do rio Jaguaribe, irrigará terras do Apodi e garantirá água para Fortaleza. Jereissatti e o ministro Krause conseguiram que o Planejamento designasse R\$ 42 milhões para acabar as obras — que se arrastam, há anos.

Então, Pedrinho disse "alô, gente" e inventou um critério que confiscava 90% da verba. O Alfredo Moreira Filho, da Andrade Gutierrez, empresa responsável pela obra, foi visitá-lo. Pedrinho pediu 4% do que incluísse no orçamento — R\$ 1,6 milhões, no caso dos R\$ 42. Alfredo não tinha poderes e recusou. Procurou o deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE), defensor da obra, e, juntos, voltaram ao gabinete do colega. Landim se indignou, ameaçou e até ponderou: não dá pra fechar com 2%, R\$ 840 mil? Neca.

Deprimido, Moreira contou a Paulo Romano, secretário de Recursos Hídricos e ao deputado João Lobão (PSDB-CE), que contaram a Krause, que contou a FHC — que, suponho, desabafou à noite, com d. Ruth, quando toma Lexotan na veia. Nessa altura, *O Globo* checou tudo e publicou a estória.

O escândalo fugiu dos envolvidos. A Câmara abriu uma sindicância presidida por Hélio Bicudo (PT-SP) que pediu processo à Comissão de Justiça. O deputado Jarbas Lima (PPB-RS), estreando na Câmara com a experiência de cinco mandatos no Rio Grande do Sul foi escolhido para relator. Seu parecer triturou Pedrito.

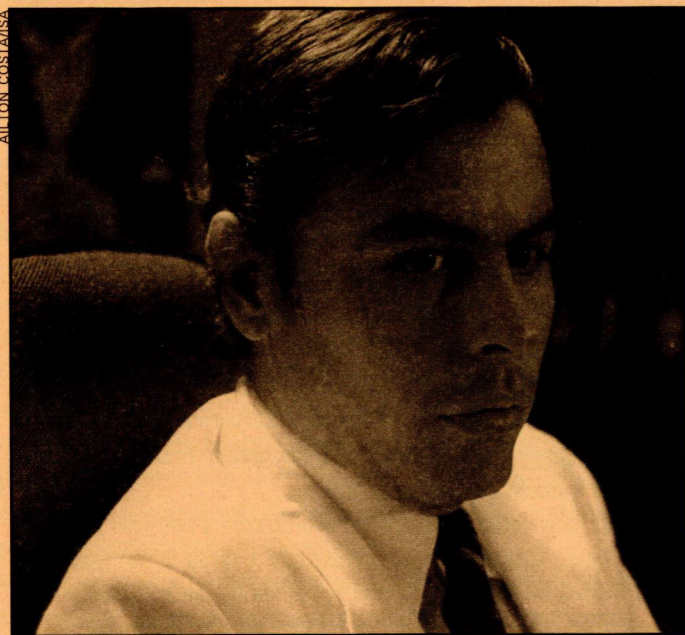
Na manhã da votação da reforma administrativa, Paulo Heslander, líder do PTB, procurou o PFL e o PMDB para dizer que não ia admitir que seu liderado pagasse por todos os pecados da Câmara. E ameaçou votar contra o governo. Nesse mesmo dia, Pedrinho e 68% da bancada do PTB, votaram a favor da reforma — eles não são bestas.

A absolvição era certa. Houve até "bolão", com o placar favorito de 33 a 18, a favor. Em troca, o PTB votaria pela prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal. Pedrinho ouviu elogios durante três horas. Mas — surpresa — venceu a turma do bem. Como diz Billy Blanco, mais alto o coqueiro maior é o tombo do coco. Pedrinho desmoronou. Sabem quem foi o advogado do ilustre representante do povo nesse processo exemplar? O venerando jurista, fazendeiro de Bagé, data venia glória da democracia, ex-ministro da Justiça, dr. Paulo Brossard. Brossard, essa foi de brossard.

Ps: Em compensação, a CPPizza do Requião... ☐

PRESIDENTE DA FUNAI SE DEMITE E CRITICA FALTA DE APOIO DO GOVERNO

HÉLIO FRANCO



No último dia 16 de julho, o terceiro presidente da Funai no governo FHC deixou o cargo, em meio a uma série de reclamações que não pouparam a própria Funai, o governo e até lideranças indígenas. Júlio Marcos Germany Gaiger admite que não resistiu ao que classificou de falta de apoio do governo.

Na nota, Gaiger diz que "não está havendo sinalização clara, por parte do Governo, quanto à decisão de se implementar a política indigenista anunciada no documento Sociedades Indígenas e a Ação do Governo (Presidência da República, 1996), sob cuja orientação elaboramos a proposta de reestruturação da Funai e outras estratégias complementares, nos termos em que foram aprovadas pelo Presidente da República."

Em entrevista exclusiva ao **Parabólicas**, Júlio Gaiger explica melhor o porquê de seu pedido de demissão e como entregou a Funai a seu sucessor que, até o fechamento desta edição, em 6 de agosto, ainda não havia sido anunciado.

Parabólicas: O que inviabilizou a sua permanência no cargo?

A falta de apoio do Governo, das ONGs, da classe política e da sociedade em geral para a implementação da política indigenista e para a demarcação de terras. Isto supunha a reestruturação da Funai, para torná-la uma instituição eficiente no sentido de apoiar as comunidades indígenas na discussão e elaboração de projetos de etnodesenvolvimento. Projetos que lhes permitam atender às suas necessidades econômicas, consolidando sua ocupação sobre os territórios demarcados e capacitando-as para serem agentes do próprio destino.

Parabólicas: A nomeação de administradores regionais por indicações políticas não foi um dos fatores que inviabilizaram a reestruturação da Funai?

Não houve "nenhuma" indicação política, embora tivesse havido pressões neste sentido. Mas este não foi o problema, na medida em que o Ministro Nelson Jobim apoiava a utilização de critérios "técnicos" para estas nomeações.

Parabólicas: Em que momento o senhor chegou à conclusão de que não valeria mais à pena continuar à frente da Funai?

Quando, após algum tempo da gestão do Ministro Iris Rezende, ficou evidente que o Governo não havia sinalizado, nem sinalizaria, a manutenção das propostas que estávamos desenvolvendo na Funai. Não faltaram advertências de nossa parte, até o derradeiro instante.

Parabólicas: O senhor identificou alguma estrutura de poder informal dentro da Funai?

Não. De certo modo até se lamenta que as resistências não sejam resistências organizadas, porque se o fossem seria possível uma discussão em torno de propostas concretas. Existe, sim, uma resistência diluída, e nem por isso menos eficiente, que parte de funcionários e comunidades que não se vêem co-responsáveis pelas ações para viabilizar projetos de futuro para as comunidades indígenas. Muitos são pessoas que se mantêm na instituição às custas das deficiências dela, e não se vêem incluídos num cenário de Funai eficiente. Observo que isto não é fenômeno exclusivo da Funai.

Parabólicas: Há diferenças entre a Funai, hoje, e a Funai de seus antecessores?

Sim. Com todas as limitações, um diagnóstico abrangente foi realizado, e a partir dele uma proposta concreta começou a ser discutida e implementada. Fica evidente, para os que participaram deste processo, que a sua descontinuidade implicará num imenso retrocesso. A catalização destas energias, a maioria oriunda da própria instituição, em torno de uma proposta sadia, marca a diferença fundamental.

Parabólicas: O ex-ministro da Justiça, Nelson Jobim, ao deixar o cargo, citou, na sua exposição de motivos ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o documento Sociedades Indígenas e a Ação do Governo como referencial para promover a reabilitação da agência indigenista, no rumo da reforma do do Estado. O senhor considera essa missão cumprida?

A missão não foi cumprida. Como disse antes, a concretização do que este documento contém supunha a reestruturação do órgão e a intensificação da parceria intragovernamental, num primeiro instante. Neste momento, o processo está suspenso. Debito o fato à redução da "questão indígena" à mera demarcação das terras, que me parece foi a ótica assumida pela Presidência da República.

Parabólicas: Nos moldes em que foi estruturada, a Funai ainda teria salvação, ou a extinção seria a melhor alternativa?

A simples extinção da Funai não me parece uma solução realista. A quem recorreriam os índios? O que se faria com os 3500 funcionários do órgão? Dado que a Funai foi criada mediante autorização legislativa, haveria condições para desencadear tal discussão no Congresso? Penso que seria e ainda é muito mais viável reestruturar a instituição no contexto da reforma do Estado. Após definidas as regras gerais, na Funai dever-se-ia elaborar uma proposta de quadro que priorizasse as ações de ponta (atividades fim) e um alto nível de capacitação dos funcionários. Aprovado tal quadro, aproveitar-se-iam os funcionários que atendessem tais condições ou que fossem passíveis de treinamento, e se fariam concursos para prover as demais vagas. Isto tudo, simultaneamente à implementação dos mecanismos de

dispensa de pessoal não estável, segundo regras ainda por serem editadas, e de acordo com um processo de redesenho, suas atribuições poderiam, eventualmente, ser analisadas quanto à possibilidade de, no futuro, serem ao menos parcialmente compartilhadas com outras instâncias, governamentais e não governamentais.

Parabólicas: Como o senhor caracteriza a sua relação com as lideranças indígenas neste período em que esteve à frente da Funai? Por que os Xavante insistiram tanto em sua saída?

COMÉRCIO, E (DES)ORDEM INTERNACIONAL

HENRIQUE RATTNER

Tendência de se excluir as "cláusulas sociais" nas discussões sobre livre comércio mostra visão obsoleta da história

Os debates e as negociações sobre a integração dos países do Mercosul e a possível incorporação do bloco à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) têm se tornado mais complexos com a apresentação da "cláusula social", considerada pelos representantes dos países "emergentes" (Malásia, Indonésia, México, Brasil etc.) como mais uma medida protecionista do Norte industrializado preocupado em neutralizar as vantagens competitivas da mão-de-obra barata do Sul. Essa visão algo simplista oculta os verdadeiros interesses em jogo, por ignorar as dimensões políticas do comércio em um mundo globalizado.

Discute-se se o fórum apropriado seria a OMC (Organização Mundial de Comércio) ou a OIT (Organização Internacional de Trabalho), mas nada se diz sobre os atores sociais antagonistas. A maioria dos governos dos países industrializados, bem como os empresários do Norte, têm-se oposto à "cláusula", enquanto uma ampla maioria dos movimentos sindicais no Sul batalha pela inclusão de normas e regulamentos, visando proteger os direitos dos trabalhadores.

Os defensores da exclusão da "cláusula social" das negociações - o nosso Ministro do Trabalho opinou que

"comércio não tem nada a ver com os direitos trabalhistas" - continuam presos a uma visão a-histórica e obsoleta da doutrina clássica do comércio internacional, segundo a qual todos ganham e não há perdedores no intercâmbio de bens e serviços, quando obedecidas as linhas de especialização na divisão internacional de trabalho.

Afirmam que quanto mais comércio, maior fluxo de capitais, mais eficácia econômica, enfim, mais progresso econômico e bem-estar para todos. Tratam do comércio como fenômeno isolado da história, política e moral e nunca se preocupam com a distribuição dos ganhos e do bem-estar. Não se menciona a necessidade de uma regulamentação da distribuição dos ganhos do intercâmbio visando assegurar o desenvolvimento dos parceiros mais fracos do comércio internacional. Tampouco se aborda a questão das estratégias nacionais de desenvolvimento e seus impactos na distribuição interna dos ganhos auferidos. É, no mínimo, um equívoco - quando não um engano proposital - apontar para as estatísticas de exportações e importações sem focar as crescentes desigualdades entre as nações (Norte-Sul) e dentro das nações, tanto do Norte quanto do Sul.

Afora o caso de algumas lideranças Xavante, a relação com as demais etnias foi muito positiva. Tais lideranças, em grande maioria, demonstram uma enorme capacidade e disposição de discutirem novas propostas que incluam um protagonismo mais intenso por parte das comunidades.

Os Xavante, na minha avaliação, são índios que se apropriaram estrategicamente da incapacidade que lhes era imposta, para se pouparem de toda e qualquer responsabilidade. Neste sentido, não deixaram de ser caçadores... ☐

ARMA IDEOLÓGICA

O próprio Banco Mundial, num relatório recente ("Workers in an Integrating World, 1995) aponta para a desigualdade e os desequilíbrios crescentes no mundo em processo de integração global. Segundo estimativas dos autores, em 1870, a renda média dos 15 países mais ricos era 11 vezes maior que a dos mais pobres; ela subiu para 38 vezes em 1969 e para 52 vezes em 1985, prevendo-se, para o fim do século, um múltiplo de pelo menos 60 vezes.

Impulsionada pelas inovações tecnológicas, a expansão do comércio internacional, sem entraves ou barreiras e em benefício de todos, continua sendo um mito e uma arma ideológica perigosa. Enquanto os países periféricos são pressionados a abrir suas fronteiras unilateralmente, os países centrais mantêm diversas modalidades de protecionismo e rejeitam categoricamente a livre circulação dos trabalhadores. Por outro lado, a extraordinária fluidez do capital financeiro acelera a centralização do poder econômico (e político), levando à polarização, segregação e exclusão de contingentes crescentes da população.

Neste contexto, é sintomático que a cúpula do Mer-

cosul, reunida em sua 12ª reunião em Assunción, não tenha considerado necessário sequer mencionar a importância de uma política conjunta para combater o desemprego consequente da integração comercial. Tratar-se-ia apenas de um efeito colateral da abertura econômica no marco da globalização. Uma tendência irreversível. A reunião discutiu subsídios e incentivos à instalação da indústria automobilística e abertura ao setor financeiro, mas passou por cima dos problemas sociais. Segundo o governo FHC, não existiria o problema; haveria apenas 4 a 6% de desempregados no Brasil (embora mais de 1 milhão somente na Região Metropolitana de São Paulo). Combatem-se os entraves dos EUA ao suco de laranja e aos produtos siderúrgicos brasileiros, mas omite-se a questão central: distribuir melhor os ganhos decorrentes do comércio internacional.

Isto vai exigir um reordenamento político-institucional, para o qual a "cláusula social" constituiria um primeiro passo.

Seria demais lembrar aos governantes que "a pobreza em qualquer parte do mundo é uma ameaça à prosperidade em todas as partes"? ☐

Henrique Rattner é Diretor Nacional do Programa LEAD Brasil.



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor
Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),
Eduardo Viveiros de Castro,
Enrique Svirsky, Minka
Bojadsen Capobianco e
Neide Esterici

Secretários-Executivos
João Paulo Capobianco
Marina Kahn (Adjunta)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: 55 11 825-5544
fax: 55 11 825-7861
internet: socioamb@ax.apc.org
SCLN 210, bloco C, sala 101
70862-530 Brasília - DF
tel: 55 61 349-5114
fax: 55 61 274-7608
internet: isadf@ax.apc.org

apoio institucional



SONHANDO COM AS MONTANHAS

AILTON KRENAK

Depois de décadas de exílio e dispersão, o povo Borun (também chamado Krenak) está voltando para casa. Voltam com a conquista jurídica de um direito que sempre foi natural. A pequena aldeia de 4 mil hectares que nos restou à margem esquerda do rio Doce, no município de Resplendor (bonito nome, não é mesmo?) é somente um ponto na geografia do nosso território tradicional. Este, antigo, se estendia por toda a extensão do corredor que torna a faixa de terra montanhosa e cheia de vales entre os rios São Mateus e Doce. Mas isto é outra estória. Vamos para casa....

No final da década de 80, depois de mais de 30 anos peregrinando pelos vales e veredas do sertão de Minas e seus intrincados corredores políticos, um pequeno grupo de pessoas do povo Krenak chegou a Belo Horizonte para pedir a devolução de sua pequena reserva no rio Doce.

Eu estava junto.

Então começamos a buscar as respostas no sonho. E, pela manhã de cada dia, nos consultávamos: quem tinha sonhado? Até que veio um sonho nos mostrando que os "Kra-í" - como nomeamos os brancos -, já tinham decidido.

O chefe dos brancos nos recebia em palácios e, com sua típica autoridade, nem escutava nossas reclamações ou pedidos. Ia logo deitando decretos!

Assim, vimos em sonho o chefe dos brancos nos dizer que já havia decidido, não precisávamos dizer nada! Ele sabia de tudo e como o problema não havia sido criado por nós, mas pelos brancos, podíamos ir embora. Os brancos resolviam... disse o governador.

Nós vimos o sonho da nossa terra voltando e voltamos, nós também, para nossas casas. Uns para São Paulo, outros para a aldeia lá no rio Doce. Mas demorou bastante para os "Kra-í" cumprirem sua promessa. E tivemos que continuar a peregrinação por mais alguns anos.

SEM TRAGÉDIA

Só agora, no início de maio de 1997, é que pude ver com meus olhos os colonos saírem de nossa terra. Foram embora sem a tragédia anunciada! E nossas famílias já estão começando a cura da terra, com as dificuldades óbvias de um povo que sofreu o exílio e a desagregação cultural, mas com a alegria de crianças no rosto e na alma. Voltamos devagarinho para casa, para as beiras de rio, os lajeados e as mon-



Povo Krenak, antes da dispersão, no Vale do Rio Doce.

tanhas de nosso último reduto no Vale do Rio Doce, para continuarmos nossa história de pequeno povo nativo, bravo e determinado, que já foi chamado de Botocudo, Aymoré e muitos outros apelidos. Mas que se nomeia "Borun" - gente, seres humanos.

E sabemos que assim como a chegada dos brancos nestas paragens brasileiras trouxe dor e sofrimento para nosso povo, também nos deu amigos queridos que souberam nos acolher e ajudar em nossa luta pela vida. E que estes amigos são muitos. E, juntos, vamos poder enfeitar a nossa terra de florestas e bichos, e os rios de peixes e água boa. Pois a criação está sempre ocorrendo. Sempre podemos ajudar a natureza a se recuperar de suas feridas, basta prestar atenção a seu chamado. E não nos esquecermos que somos também filhos da Terra.

A nossa gratidão a todos os filhos da Terra que andaram junto com nossas famílias nestes anos de aperto e sejam bem-vindos para o trabalho e a alegria que nos espera!

Tomara que o exemplo de nossa luta pacífica pela retomada de nossa casa possa ajudar outros povos, com seu exemplo de perseverança e espírito de luta.

E o sonho? Ah, está só começando... ☒

Ailton Krenak é presidente do Núcleo de Cultura Indígena.

Agenda

- 1º Simpósio Latino-Americano sobre Recursos Genéticos Vegetais. Campinas, SP. De 18 a 22/8.
Organizado pelo Instituto Agrônomo de Campinas e pela Embrapa. Informações: (019) 241-5188 r 427.
- Forum '97: novos vínculos entre conservação e desenvolvimento. Istambul, Turquia. De 16 a 21/11.
Conferência internacional para levantar experiências de desenvolvimento sustentável dos últimos dez anos. Informações: cdf@tcd.ufl.edu.